

Jefferson Péres,
autor do projeto,
quer aplicações no
Norte, Nordeste e
Centro-Oeste



Fotos: Roosevelt Pinheiro



Jereissati diz que
BNDES investe
25% dos recursos
em regiões que têm
45% da população

Senadores cobram mais recursos do BNDES para regiões carentes



José Cruz

■ Comissão analisa projeto que estabelece aplicação mínima de 35% no Nordeste, Norte e Centro-Oeste

Em audiência pública na CAE, vários senadores manifestaram ontem apoio ao projeto que reserva 35% dos recursos do BNDES para aplicação nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. O presidente do banco, Carlos Lessa, presente à reunião, expressou receio de que a instituição fique "engessada" se a proposta se transformar em lei.

Páginas 4 e 5

COMBATE A DESIGUALDADE. Audiência com presidente do BNDES serve de subsídio à apreciação de projeto que busca equilíbrio regional

Roosevelt Pinheiro

Acordo amplia rolagem da dívida de agricultor

A relatora, Ideli Salvatti, apresentou ontem parecer favorável ao projeto de conversão da medida provisória que trata da renegociação de dívidas bancárias de pequenos agricultores. Ela aceitou três emendas de redação e duas de mérito, mas o projeto não

foi votado porque falta negociar alguns detalhes, o que deve ocorrer ainda hoje. Nos acordos, o governo aceitou elevar de R\$ 15 mil para R\$ 35 mil o valor dos empréstimos tomados por agricultores do semi-árido do Nordeste que poderão ser renegociados.

Página 3



PARECER. Ideli (com Sarney) aceitou três emendas de redação e duas de mérito, como resultado da negociação com os líderes

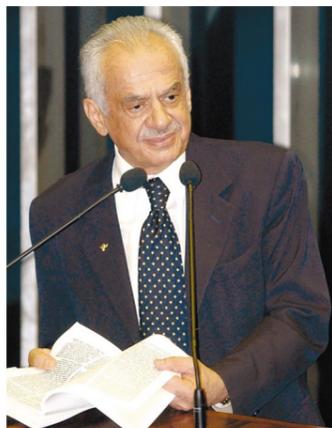
Lúcia Vânia alerta para risco de reforma

A reforma tributária poderá comprometer o pacto federativo se não respeitar o equilíbrio econômico-financeiro dos estados e municípios, alertou ontem a senadora Lúcia Vânia, em discurso no Plenário.

Página 6

Interlegis debate, em seminário, formas de integrar legislativos

Página 7



Roosevelt Pinheiro

COOPERAÇÃO. Convênio entre governo do estado e hospital é o primeiro passo, diz Simon

Simon destaca chegada da Rede Sarah ao RS

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) saudou a chegada da Rede Sarah Kubitschek de Hospitais ao Rio Grande do Sul, com a assinatura do convênio de cooperação técnica e treinamento, hoje, entre o governo do estado e a direção do hospital. Simon disse que esse é um passo decisivo para a instalação de uma unidade da rede no estado. Atualmente, a rede tem hospitais em Brasília, Salvador, Belo Horizonte, São Luís, Fortaleza e Rio de Janeiro.

A partir de agosto próximo, dez profissionais da área médica do Rio Grande do Sul serão treinados na sede do Sarah, em Brasília, por um período de seis meses, formando o núcleo central do futuro corpo técnico do hospital.

Em apertados, os senadores Leonel Pavan (PSDB-SC), Hélio Costa (PMDB-MG), Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), Paulo Paim (PT-RS), Lúcia Vânia (PSDB-GO) e Leomar Quintanilha (PFL-TO) manifestaram sua admiração pela qualidade dos hospitais da Rede Sarah.

Agenda

Plenário pode votar medidas provisórias e liberar a pauta

A votação do projeto de lei de conversão que autoriza e estabelece regras para a repactuação e o alongamento das dívidas dos produtores rurais está prevista para a sessão de hoje, que começa às 14h30. Para a liberação da pauta, os senadores devem votar outros quatro itens, incluindo a medida provisória que abre crédito extraordinário em favor dos Ministérios do Meio Ambiente, da Defesa e da Integração Nacional.

Leia mais na página 3.

Convidados debatem produção audiovisual brasileira



O presidente da Agência Nacional de Cinema, Gustavo Dahl, e o presidente da Associação Brasileira de Rádio e TV, Paulo Machado de Carvalho Neto, são os convidados da reunião da Subcomissão de Cinema, Comunicação e

Informática, marcada para as 10h, para debater a produção audiovisual brasileira. A atriz Lucélia Santos e Orlando Senna, secretário do Audiovisual do Ministério da Cultura, também devem comparecer.

Sarney recebe presidente do Conselho de Ministros do Líbano

O presidente do Senado, José Sarney, recebe, às 10h15, o presidente do Conselho de Ministros do Líbano, Rafik Hariri; às 11h, a audiência será

com o ex-ministro Luís Pontes, presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção; às 12h30, Sarney recebe Gustavo Dahl, presidente da Agência Nacional de

Cinema; às 14h30, será recebido o presidente da CUT, Luiz Marinho; e, às 15h, Osvaldo Siciliano, presidente da Câmara Brasileira do Livro.

Subcomissão analisa relatório de visitas a mineradoras no Pará

Para analisar o relatório das visitas realizadas ao projeto de extração de cobre na Serra do Sossego, em Canaã dos Carajás, e ao projeto de mineração em Parauapebas (PA), a Subcomissão



Temporária de Mineração se reúne a partir das 9h30. A agenda das próximas reuniões também será discutida. A subcomissão é presidida pela senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA).

Mudança na execução penal em pauta na CCJ

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) reúne-se, às 10h, para votar pauta com diversos itens, incluindo: projeto que altera a Lei de Execução Penal e o Código de Processo Penal; o que trata do

procedimento na operação de arrendamento mercantil de veículo automotivo (*leasing*); e o que altera legislação que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial.



Propostas da sociedade civil

Às 9h, a Comissão de Legislação Participativa (CLP) se reúne para analisar sugestões enviadas por organizações da sociedade civil. Deverá ser discutida proposta que prevê a implantação de projetos voltados à agricultura sustentável, apresentada pela Associação dos Pequenos Agricultores de Itapicuri (BA).

Relatórios do TCU em exame

Presidida pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB), a Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) se reúne, às 11h30, para apreciar relatórios do Tribunal de Contas da União (TCU) referentes a auditorias realizadas pelo órgão, incluindo o que foi realizado na implantação do sistema metroviário de Natal (RN).

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

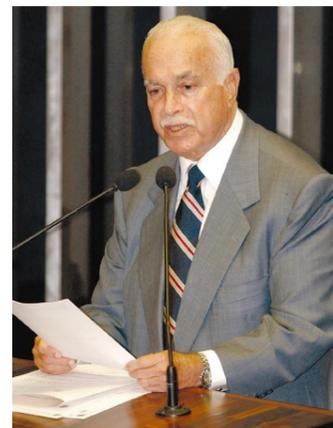
Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Sliessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes.
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Júnia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Nelson Oliveira (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



Roosevelt Pinheiro

EFICIÊNCIA. Para Antonio Carlos, empresários confiam na condução do governo baiano

Bahia terá indústrias de celulose, diz ACM

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) anunciou ontem a instalação de indústria de celulose na cidade de Eunápolis, no sul da Bahia, um investimento de US\$ 1,25 bilhão. Conforme o senador, uma segunda fábrica deve ser instalada em dez anos, e uma terceira, em 15 anos. A implantação do projeto vai gerar cerca de 12 mil postos de trabalho na construção, e a ocupação de mão-de-obra projetada para quando a fábrica estiver em funcionamento é de 2 mil empregos diretos, informou o senador.

O investimento, explicou Antonio Carlos, reúne uma empresa brasileira, a maior produtora mundial de celulose branqueada de eucalipto, e uma indústria sueco-finlandesa, a maior produtora mundial de papel. O senador afirmou que a Bahia "firma-se cada vez mais como um importante pólo para novos investimentos graças à confiança que o empresário demonstra nas administrações que se sucedem na condução do estado".

Investimentos

A matéria-prima para a indústria de celulose virá de nove municípios da região: Canavieiras, Belmonte, Eunápolis, Guaratinga, Itabela, Itagimirim, Itapebi, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália. Em contrapartida ao investimento, o governo do estado executará obras de infra-estrutura e de macrodrenagem urbana.

Em aparte, o senador Paulo Octávio (PFL-DF) elogiou o desempenho da Bahia no setor de turismo. Para o senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), o governo baiano tem feito sua parte, mas é preciso que o governo federal se preocupe com o desenvolvimento regional.



Célio Azevedo

HOMENAGEM. Comissão de Educação decidiu, por sugestão da família do pintor, que 2004 será o Ano Nacional Cândido Portinari

Siron Franco deverá falar sobre falsificação de obra

Na reunião de ontem, a Comissão de Educação (CE) aprovou requerimento da senadora Iris de Araújo (PMDB-GO) convidando o artista plástico goiano Siron Franco a comparecer a audiência pública para falar sobre a questão da falsificação de obras de arte no Brasil. Siron foi vítima desse crime recentemente.

A CE também aprovou requerimento de Osmar Dias (PDT-PR) tornando conjunta com a CE a audiência pública marcada para a próxima semana pela Subcomissão de Cinema, Comunicação e Informá-

tica sobre televisão digital.

Foi aprovado ainda parecer de Iris emendando projeto da Câmara que instituiu o ano de 2003 como Ano Nacional Cândido Portinari. De acordo com o parecer, o ano de homenagem passará a ser 2004, a pedido da família do pintor, de forma que haja tempo hábil de organizar as homenagens.

A CE aprovou também parecer de Edison Lobão (PFL-MA) contrário a projeto de Sérgio Cabral (PMDB-RJ) que alteraria a denominação da Ala Filinto Müller, no edifício do Senado, para Ala Nelson Carneiro.

Paim defende aposentadoria especial por trabalho perigoso

O senador Paulo Paim (PT-RS) defendeu projeto de sua autoria que assegura o direito a aposentadoria especial a professores e trabalhadores que exerçam atividades insalubres, penosas ou perigosas. Um dos diferenciais da proposta, assinalado por Paulo Paim, é a garantia de proporcionalidade na concessão do benefício, conferida ao profissional que não houver cumprido o tempo exigido para recebê-lo integralmente.



Roosevelt Pinheiro

Proposta viabiliza aposentadoria especial, diz Paim

Hoje, se o mineiro não conseguir comprovar 15 anos de trabalho no subsolo, perde o direito a aposentadoria especial, observou Paim. Na sua opinião, viabilizar a aposentadoria proporcional a profissionais como esse é a única forma de amenizar os prejuízos causados à vida pela atividade laboral.

A proposta, explicou o senador petista, beneficia trabalhadores rurais e urbanos, dos setores público e privado.

Renegociação de dívida poderá ser votada hoje

■ Sarney pede a líderes que concluem acordo sobre mudança na MP 114 que beneficia pequenos agricultores

A relatora da medida provisória (MP 114) que trata da renegociação de dívidas bancárias de pequenos agricultores, senadora Ideli Salvatti (PT-SC), apresentou ontem, em Plenário, parecer favorável ao projeto de conversão. Ela propôs três emendas de redação e duas de mérito, acertadas com os líderes partidários, mas o projeto não foi votado porque ainda falta negociar alguns detalhes, o que deve ocorrer ainda hoje.

O governo aceitou elevar de R\$ 15 mil para R\$ 35 mil o valor dos empréstimos tomados por agricultores do semi-árido do Nordeste, que poderão ser renegociados com descontos de até 70%, desde que a origem do

dinheiro seja o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Alguns senadores querem estender o limite de R\$ 35 mil para empréstimos de outras regiões, e tomados de outras fontes.

O presidente do Senado, José Sarney, informou ao Plenário que pretende colocar hoje o projeto em votação, e solicitou aos líderes que cheguem a um acordo ou disputem no voto as propostas de alteração.

Descontos

Ideli destacou em seu parecer que as mudanças feitas desde março na MP elevaram de 380 mil para 825 mil o número de contratos de pequenos agricultores beneficiados, e que o governo está concedendo descontos que já somam R\$ 2,3 bilhões. Disse ainda que o avanço conseguido no Congresso é importante, pois os vários programas econômicos e a inflação dos últimos anos tornaram inviável a situação de milhares de pequenos produtores.

– Alguns tomaram empréstimo para comprar um trator e agora devem o equivalente a dez tratores. Uma situação absurda – disse.

O projeto de conversão trata de quatro tipos de financiamentos, que incluem assentados de reforma agrária, agricultores familiares e mini e pequenos produtores. Dependendo da origem do dinheiro (Tesouro, fundos constitucionais, FAT, reforma agrária), o tratamento é diferenciado.

Os maiores descontos e os juros mais baixos beneficiam assentados de reforma agrária, os quais poderão ter abatimento de até 90% se pagarem a dívida de uma vez. Se não tiverem condições de aproveitar o desconto, poderão alongar a dívida para pagamento em 18 anos, com juros de apenas 1,15% ao ano. E mesmo no alongamento o assentado poderá receber um bônus de até 70% se não atrasar o pagamento de suas parcelas.

Ideli pede documentos sobre evasão de divisas

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) apresentou ontem requerimento à Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) solicitando ao Ministério da Justiça cópias de dois documentos relativos à investigação sobre a evasão de divisas através de contas CC-5 para a agência do Banestado em Nova York.

Ela explicou que o primeiro documento foi enviado pelo governo americano ao governo brasileiro requerendo documentação e provas que sustentem o pedido de quebra de sigilo bancário naquele país. O segundo documento foi endereçado ao diretor-geral do Departamento de Polícia Federal pelo Ministério Público Fede-



Roosevelt Pinheiro

IMPASSE. Ideli Salvatti alerta para dificuldade na quebra de sigilo em contas no exterior

ral, informando que o delegado Francisco Castilho Neto havia sido excluído do grupo que investiga o caso.

Ideli disse que existe um im-

passo entre os dois governos porque os Estados Unidos chegaram a quebrar o sigilo de algumas contas e pediram ao governo da Suíça que quebrasse o sigilo de outras, confiando na promessa do delegado Castilho de que o governo brasileiro enviaria a documentação necessária.

– Podem instalar 500 CPIs que, se não resolver o impasse entre o governo americano e o nosso, só conseguiremos desgastes políticos – alertou.

Em apartes, os senadores Almeida Lima (PDT-SE), Romeu Tuma (PFL-SP) e Paulo Paim (PT-RS) também participaram da discussão sobre a remessa ilegal de divisas.



Roosevelt Pinheiro

Delcídio aponta solução para crise das companhias aéreas

O apoio do governo brasileiro a uma completa reestruturação do transporte aéreo de passageiros no país foi defendido, ontem, pelo senador Delcídio Amaral (PT-MS). Ele propôs a concessão de novos financiamentos, com a participação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e

Social (BNDES), do Banco do Brasil, da Infraero e da BR Distribuidora, e uma nova regulamentação do setor.

Para Delcídio Amaral, apesar do esforço do governo e das próprias empresas, não tem havido cooperação do Banco do Brasil e da BR Distribuidora. “O Banco do Brasil e a BR,

na condição de credores das empresas, em vez de as ajudarem a recompor suas condições financeiras, têm reduzido sua exposição junto a elas, o que só piora a situação”, disse. A continuarem as dificuldades, as companhias aéreas poderão ser levadas ao colapso total, como aconteceu com a Trans-

brasil, alertou.

– Que fique claro que não se trata de salvar uma empresa ou seus acionistas. A situação dessas companhias aproxima-se do colapso. Os entes públicos federais precisam ser instados a colaborar na consolidação do setor – afirmou o senador Delcídio Amaral.

AUDIÊNCIA

Presidente do BNDES, Carlos Lessa, participa de discussão na CAE sobre projeto que reserva 35% dos recursos da instituição a investimentos nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste

JEFFERSON PÉRES



A Amazônia e o Nordeste serão a medida do sucesso ou fracasso da civilização brasileira.

TASSO JEREISSATI



A questão do combate às desigualdades regionais deve ser colocada como prioridade de uma vez por todas.

ANTERO BARROS



O investimento nas regiões mais carentes e a promoção das exportações não são excludentes.

MESQUITA JÚNIOR



O que está engessado no Brasil é a Região Norte, condenada ao abandono e ao atraso.

ROBERTO SATURNINO



Os investimentos públicos ou a renúncia fiscal são decisivos como instrumentos para redução de desigualdades.

FERNANDO BEZERRA



O desenvolvimento é a grande alavanca para a inclusão social. Cansamos de esperar para ser tratados como prioridade.

MÃO SANTA



Não faltam projetos para investimento no Nordeste. O problema é a falta de recursos.

PEDRO SIMON



No governo FHC, o BNDES foi levado a financiar privatizações, facilitando a transferência de ativos da União para estrangeiros.

LÚCIA VÂNIA



Como ficarão os projetos já aprovados para o Centro-Oeste, considerando que os recursos do FCO estão esgotados?

SÉRGIO GUERRA



O BNDES deve estar na contra-mão da concentração de renda. Caso contrário, não estará cumprindo o seu papel.

GARIBALDI ALVES



Devemos buscar uma solução de convergência para atender o Nordeste sem que a proposta seja vexatória para o BNDES.

Senadores querem mais recursos do BNDES para as regiões carentes

Senadores que representam estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste defenderam ontem, em audiência pública da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), a aprovação da proposta que reserva 35% dos recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para essas regiões. Diante do presidente do banco, Carlos Lessa, eles afirmaram que esse é um mecanismo necessário para que o Estado tenha ação efetiva na redução das disparidades regionais.

Relator da proposta na CAE, Tasso Jereissati (PSDB-CE) reclamou que iniciativas de combate às desigualdades entre as regiões vêm sendo historicamente postergadas sob o argumento de que são apressadas e precisam de melhor estudo. Segundo ele, o BNDES investe, em média, apenas 25% dos seus recursos no Norte, Centro-Oeste e Nordeste, que têm 45% da população. Jereissati também rebateu as críticas do líder



INVESTIMENTO. Lessa (ao lado de Paulo Octávio) debateu reserva de recursos do BNDES

do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP) ao substitutivo que apresentou.

Autor do projeto original, Jefferson Péres (PDT-AM) acredita que as objeções apontadas por Mercadante podem ser sanadas. Em resposta à argumentação do presidente do BNDES e do senador por São Paulo, ele refutou a possibilidade de engessamento da instituição.

– A concentração de recursos se dá pela força da gravidade. Eles vão para onde há estru-

ra. Mas a medida do sucesso ou fracasso da civilização brasileira serão a Amazônia e o Nordeste, disse Jefferson.

Antero Paes de Barros (PSDB-MT) rebateu o argumento de Lessa de que, com a vinculação de recursos para as três regi-

ões, não haveria recursos para financiamento das exportações. Segundo Antero, o investimento em regiões carentes e a promoção das exportações não são excludentes.

Para Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC), o que está engessado no Brasil é a Região Norte, "condenada ao abandono e ao atraso". Já Sérgio Guerra (PSDB-PE) condenou o fato de o setor público não contribuir como deveria na distribuição de renda e na diminuição

das disparidades regionais.

Mesmo com o risco de engessamento do BNDES, Fernando Bezerra (PTB-RN) defendeu a reserva de recursos do banco para as regiões mais pobres. Pedro Simon (PMDB-RS) fez severa crítica ao papel desempenhado pelo BNDES no governo passado no financiamento das privatizações, facilitando a transferência de ativos da União para grupos estrangeiros. Mão Santa (PMDB-PI) lamentou o desaparecimento de bancos regionais de desenvolvimento.

Carlos Lessa disse a Lúcia Vânia (PSDB-GO) que a integração nacional passa pela melhoria da infra-estrutura, num esforço semelhante ao empreendido na década de 50 para o lançamento das bases da industrialização. Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) pediu uma solução de convergência para atender aos anseios do Nordeste sem que a proposta seja "vexatória para o BNDES".

Lessa: financiamento à privatização reduziu aplicações

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Carlos Lessa, disse, na audiência pública, que a presença do BNDES nas regiões economicamente menos favorecidas teria sido muito maior, não fosse a participação da instituição no financiamento das privatizações.

Carlos Lessa lamentou que o governo passado tenha se desviado da função primordial do banco, que é ampliar a capacidade produtiva de setores da economia nacional, para se concentrar no programa de desestatização, por meio do financiamento da transferência de ativos do Estado para mãos privadas, nacionais ou estran-

geiras. Lembrou que somente os compradores da Eletropaulo tomaram US\$ 1,2 bilhão, dinheiro que, agora, se recusam a pagar. Ele admitiu que grande parte dos ativos gerados pela privatização pode ser considerada, no mínimo, de recuperação difícil ou duvidosa.

Lessa ressaltou que, no passado, a instituição promoveu grandes investimentos em regiões menos desenvolvidas, como na construção do pólo petroquímico de Camaçari (BA). Entre os projetos dos quais o BNDES poderá participar, citou a construção de uma siderúrgica, provavelmente no Ceará; de nova refinaria de petróleo; e da rodovia Transnor-

destina. A pesca e, conseqüentemente, a construção naval, possivelmente em Cabedelo (PB), foram outras vocações do Nordeste apontadas pelo presidente do BNDES. Ele lamentou, entretanto, que os escritórios do banco venham recebendo poucas consultas, abaixo dos padrões de 2002.

O dirigente afirmou que, no governo Lula, o BNDES vai "continuar com um vigoroso financiamento das exportações e ampliar significativamente os projetos de desenvolvimento, especialmente nas regiões menos favorecidas". Sem esquecer a inclusão social, que, em suas palavras, será "a diretiva central da política do banco".

A manutenção do financiamento das exportações, segundo ele, é importante, pois superávits na balança comercial têm o poder de reduzir a vulnerabilidade externa do Brasil. O BNDES, disse, tornou-se uma espécie de "Eximbank (banco de exportações e importações) brasileiro" por falta de linhas de crédito internacionais em um passado recente.

Mesmo com essas prioridades, Lessa afirmou que também tem que gerenciar as decisões que a instituição tomou no passado. Dessa forma, ele esclareceu que o BNDES não "pode ser manejado com rapidez" e que sua "mudança de curso é muito lenta".

AUDIÊNCIA

Mercadante e Saturnino temem "engessar" banco

Como alternativa para o combate às desigualdades regionais, os senadores Aloizio Mercadante (PT-SP) e Roberto Saturnino (PT-RJ) sugeriram a definição, na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e no Plano Plurianual (PPA), de metas que previam investimentos capazes de alavancar o desenvolvimento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

A sugestão foi dada diante da proposta do senador Jefferson Péres (PDT-AM) de reservar recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para as três regiões, analisada ontem na Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença do presidente do BNDES, Carlos Lessa.

Assim como Lessa, os senadores ponderaram que o projeto pode levar ao engessamento do BNDES. Mercadante disse que as regiões, com exceção do Centro-Oeste, não estão usando sequer os recursos alocados nos fundos constitucionais, que têm condições de financiamento mais vantajosas que o BNDES. Segundo ele, o crescimento da participação do Nordeste nos recursos da insti-



Mercadante sugere metas na LDO e no PPA

tuição é maior que o das demais regiões.

– O problema não é de recursos, mas de falta de projetos e de falta de um projeto nacional de desenvolvimento. A demanda é legítima, mas é preciso pensar outros mecanismos para o desenvolvimento regional – ressaltou Mercadante, apontando dispositivos que considerou “extremamente problemáticos” no substitutivo do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) à proposta de Jefferson Péres.

Roberto Saturnino pediu que o objetivo da proposta de Jefferson e as finalidades definidas pelo BNDES sejam harmonizados. Para ele, os investimentos públicos ou a renúncia fiscal são decisivos como instrumentos para redução de desigualdades regionais.

Carlos Lessa expressou o compromisso de fomentar o desenvolvimento das regiões mais carentes e encontrar as melhores soluções, que não passem pelo engessamento do BNDES. Nesse sentido, ele disse acreditar que as Agências de Desenvolvimento da Amazônia (ADA) e do Nordeste (Adene) terão papel importante.

César Borges e Arthur Virgílio criticam rumos da economia

Os baixos níveis de crescimento do país levaram os senadores César Borges (PFL-BA) e Arthur Virgílio (PSDB-AM) a defender a retomada do desenvolvimento durante a audiência pública realizada pela Comissão de Assuntos Econômicos, que



César Borges quer promover o desenvolvimento

ouviu o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Carlos Lessa.

Para César Borges, as opiniões de Lessa em defesa do crescimento econômico deveriam sensibilizar o governo. Nesse sentido, o senador citou a proposta de flexibilização da Lei de Responsabilidade Fiscal, para permitir novos investimentos

do BNDES e da Caixa Econômica Federal no setor público, e o projeto do senador Romeu Tuma (PFL-SP) que muda o cálculo e o indexador do endividamento dos estados.

– É preciso levantar a bandeira do desenvolvimento que tenha a inclusão social como vetor central. Se queremos combater essa chaga social, temos que promover o desenvolvimento – sugeriu César Borges.

Comentando a política econômica do governo, Virgílio criticou a estagnação da economia e a impossibilidade de desenvolvimento com a manutenção do nível atual dos juros.

Dutra: auto-suficiência foi adiada ano passado

Medida atendeu a construtoras de plataformas, diz presidente da Petrobras

O presidente da Petrobras, ex-senador José Eduardo Dutra, negou que o atual governo seja o responsável pelo adiamento da meta de auto-suficiência de petróleo do Brasil, prevista inicialmente para o ano de 2005 e, agora, anunciada para o ano de 2006. Ele informou, em audiência, ontem, na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), que a diretoria anterior da empresa já havia definido, em novembro de 2002, um atraso na entrega das propostas para construção das novas plataformas de petróleo, P-51 e P-52, fundamentais para se alcançar a auto-suficiência.

– As próprias empresas participantes da licitação solicitaram um adiamento, para entrega da documentação técnica em janeiro passado – explicou Dutra. Ele argumentou que a meta de 1,9 milhão de barris diários foi estabelecida em 2001, e que a meta para 2005 é de 1,82 milhão de



DESEMPENHO. José Eduardo Dutra, ao lado de José Jorge, fala em audiência na CI

barris do volume total de produtos.

Para o período 2003-2007 estão previstos investimentos de US\$ 34,3 bilhões, contemplando diversas áreas, como refino, distribuição, energia e gás. Dutra observou que o financiamento da companhia hoje apresenta forte dependência de recursos externos. Previu também uma grande possibilidade de crescimento do valor das ações da empresa em um futuro próximo. Conforme assinalou, 65% dos investimentos irão para exploração e produção no mercado nacional, e isso demandará até 141 mil empregos diretos e indiretos até 2007.

Plataformas

Além das plataformas já em funcionamento e das que estão em construção, José Eduardo

Dutra informou que estão sendo elaborados projetos para a construção das novas P-53, P-54, P-55, P-56 e P-57. Ele comunicou que a licitação da P-54 já está pronta para ir ao mercado, mas alertou para a possível inviabilidade da construção, caso o projeto aprovado recentemente pela Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, estabelecendo a cobrança, na origem da produção, de 18% de ICMS entre em vigor. Atualmente, ao contrário do que ocorre com outros bens, a taxa do petróleo ocorre no estado de consumo.

– Isso custaria R\$ 5 bilhões ao ano para a Petrobras e inviabilizaria economicamente o projeto da P-54.

Dutra mencionou a parceria entre a Petrobras e a estatal venezuelana PDVSA, para apresentar estudo sobre viabilidade de construção de uma refinaria no Brasil, que, conforme disse, não tem lugar definido para ser instalada e seguirá critérios técnicos para implementação.

Senadores cobram maior produção de gás

O presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), senador José Jorge (PFL-PE), cobrou do presidente da Petrobras, José Eduardo Dutra, durante a audiência pública, a adoção de uma política clara e objetiva para que a empresa aumente a participação do gás na matriz energética brasileira. Dutra concordou com o senador e informou que a Petrobras ampliará a rede de gasodutos do país, com investimentos da ordem de US\$ 1,2 bilhão.

Ex-ministro de Minas e Energia e autor do requerimento que resultou na realização da audiência pública, José Jorge indagou ao presidente da Petrobras se é intenção da empresa adquirir, em curto prazo, refinarias de petróleo no exterior. Dutra ga-

rantiu que até 2007 a empresa não vai comprar nenhuma unidade.

Em resposta aos senadores Rodolpho Tourinho (PFL-BA) e Ana Júlia Carepa (PT-PA), que pediram aumento da produção de gás, o presidente da Petrobras disse que a estatal encara a questão como estratégica. O senador Alberto Silva (PMDB-PI) defendeu investimentos na produção de fontes alternativas de combustível, tendo José Eduardo Dutra salientado que, até 2006, a estatal vai produzir cerca de 30 mil barris por dia de biodiesel, oriundo da mamona. O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) pediu maior clareza do governo com relação ao álcool combustível.

Com relação à anistia dos petroleiros demitidos após a greve de 1995, Dutra informou, em

resposta ao líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), que a Petrobras abriu negociação com os ex-empregados, sendo que alguns já voltaram ao trabalho. Mas salientou que os funcionários das extintas empresas Petromisa e da Interbrás não serão encampados pela Petrobras, uma vez que as negociações não atingem esses servidores.

O líder do governo no Senado, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), enalteceu a atual política de redução dos preços dos combustíveis, especialmente o da gasolina, colocada em prática pela Petrobras.

Também participaram dos debates os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Fátima Cleide (PT-RO) e Valmir Amaral (PMDB-DF).

REFORMAS

Lúcia Vânia pede reforma tributária mais abrangente

■ Senadora cita pontos que não são atacados e diz que proposta oficial pode abalar pacto federativo

Mesmo considerando que a reforma tributária é necessária e urgente, a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) alertou para a importância de o Congresso trabalhar no sentido de que a nova legislação respeite o equilíbrio econômico-financeiro de estados e municípios. Do contrário, acrescentou a senadora, as mudanças introduzidas poderão comprometer o próprio pacto federativo.

A reforma, frisou a senadora, deve simplificar o sistema tributário nacional, acabar com a cumulatividade da cobrança dos impostos, combater a informalidade e a sonegação e manter a capacidade de arrecadação de estados e municípios.

– Lamentavelmente, muitos desses pontos sequer foram tratados na mensagem que está sendo analisada na Câmara dos Deputados e deve ser



Fotos: Roosevelt Pinheiro

RISCOS. Lúcia Vânia vê motivos para Centro-Oeste ficar apreensivo com a proposta

trazida à apreciação do Senado – comentou Lúcia Vânia.

Analisando o projeto de reforma tributária apresentado pelo governo, ela detectou dois problemas na parte que trata do ressarcimento dos estados que perderem receitas com as mudanças no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) através da criação de um fundo de compensação – o Fundo de Desenvolvimento Regional. O primeiro

problema é deixar esse fundo para ser tratado em lei complementar. O segundo refere-se à fonte de recursos desse fundo, que, na avaliação da senadora, já está comprometida.

Apreensão

Lúcia Vânia opinou ainda que os estados do Centro-Oeste têm motivos para ficar apreensivos com a reforma tributária que o governo federal está propondo ao Congresso. Ela explicou que nem mesmo a criação da agência do Centro-Oeste atenuará os efeitos da renúncia fiscal prevista na reforma tributária.

– A compensação apresentada, até o momento, é o Fundo de Desenvolvimento Regional, que financiaria empresas que hoje dependem dos benefícios fiscais para se instalar nos estados. Uma compensação bastante tímida, se considerarmos que sua composição seria formada com 2% da arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados – afirmou Lúcia Vânia. Ela foi apoiada, em aparte, pelo senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN).

Virgílio aponta divergência no governo

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) comentou em Plenário ontem entrevista concedida pelo deputado Sérgio Miranda (PCdoB-MG) em que ele faz duras críticas à proposta de reforma da Previdência encaminhada pelo governo Lula ao Congresso Nacional. Virgílio lembrou que o partido do deputado mineiro faz parte da base de apoio do Planalto desde a primeira hora, o que denota divergência entre os diversos setores do governo sobre o assunto.

Na entrevista, depois de apontar inconstitucionalidades na proposta do governo, Sérgio Miranda assinala que ela "está longe de ser a proposta de campanha do PT".

– A entrevista é um libelo contra a reforma – avaliou Arthur Virgílio.

O líder do PSDB no Senado chamou atenção para trecho da entrevista em que o deputado Sérgio Miranda afirma ha-

ver no governo uma disputa entre "continuidade e mudança". E mais: o deputado diz que "a sociedade e os problemas concretos do país vão arrombar as portas do governo". Para Virgílio, essas declarações ganham maior gravidade por partirem de um parlamentar historicamente ligado ao PT.

O senador também pediu explicações quanto à realização de "seminário sobre a criação de fundo de pensão a partir de vínculo associativo". De acordo com nota publicada pelo jornalista Elio Gaspari, no jornal *Folha de S. Paulo*, o principal palestrante do evento é Wanderley Freitas, que até o ano passado era sócio de consultoria do ministro Luís Gushiken, da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica.

Outro questionamento do senador diz respeito ao financiamento, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômi-



PREVIDÊNCIA. Para Arthur Virgílio, entrevista de deputado é "libelo contra a reforma"

co e Social (BNDES), à cooperativa de metalúrgicos de Diadema (SP), no valor de R\$ 25 milhões.

De acordo com Arthur Virgílio, parte dos recursos irá para o pagamento de consultoria a ser prestada por integrante da Comissão de Ética Pública do próprio governo.

Projeto de Tourinho antecipa universalização da energia

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) defendeu ontem a antecipação das metas de universalização dos serviços de energia elétrica no país em sete anos – de 2015 para 2008. Ele apresentou projeto prevendo essa alteração.

No pagamento dos serviços para estender as redes de energia a todas as residências, especialmente dos municípios mais pobres, o governo deverá usar parte da Reserva Global de Reversão (RGR), de acordo com o projeto. A RGR é um fundo financeiro administrado pela Eletrobrás e abastecido todo mês pelas 64 concessionárias de energia do país, a título de pagamento pela concessão do serviço público.

– A universalização da eletricidade é um dos meios mais importantes de inclusão social das populações mais pobres. Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), 11 milhões de brasileiros não têm energia em casa – disse Tourinho.

A proposta tem a preocupação de não onerar os consumidores com o repasse de custos para tarifas. Além disso, nos municípios onde metade da população não tem energia, o fundo administrado pela Eletrobrás pagará metade dos



INCLUSÃO SOCIAL. Rodolpho Tourinho destaca importância da energia para a população

gastos das companhias de eletricidade para levar a energia a essas residências.

Tourinho destacou os bons resultados do programa Luz no Campo, implementado em sua gestão como ministro. Mas ele entende que agora o governo tem de subsidiar a universalização nas localidades mais pobres.

Em apartes, Tourinho foi apoiado pelos senadores Ney Suassuna (PMDB-PB), Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), César Borges (PFL-BA), Efraim Morais (PFL-PB), Tasso Jereissati (PSDB-CE), Sérgio Zambiasi (PTB-RS), José Jorge (PFL-PE) e Delcídio Amaral (PT-MS).

Carvão deve voltar à matriz energética, afirma Zambiasi

O senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) pediu ontem investimentos na reintrodução do carvão mineral na matriz energética brasileira. Ele apontou as vantagens econômicas e ambientais da geração de energia desse tipo, que seria ainda um elemento regulador do sistema elétrico brasileiro, diminuindo os riscos de desabastecimento e racionamento.

– Já existem tecnologias de queima limpa de carvão. Não apenas podemos utilizar esse combustível com maior segurança ambiental, como reutilizar rejeitos que constituem um passivo ambiental nas antigas zonas de produção de minério – disse o senador, que registrou a realização, na semana passada, de seminário internacional para discutir o assunto, patrocinado pela Câmara dos Deputados e pelo Ministério de Minas e Energia.

O uso do carvão mineral em usinas termelétricas, observou Zambiasi, estaria associado à geração de novos empregos e novos produtos nas indústrias de cimento e fertilizantes.



AMBIENTE. Zambiasi disse que já existem tecnologias de queima limpa de carvão

– Teríamos menor passivo ambiental com multiplicação de benefícios sociais – frisou.

Ele lembrou ainda que o projeto de reinserção do carvão na matriz energética somente terá sucesso se contar com a participação da iniciativa privada. Para isso, sustentou, é necessária uma articulação com os governos estaduais e federal.

– O governo federal precisa ocupar seu espaço, definindo regras comerciais e operacionais, assim como os incentivos necessários à consolidação dessa alternativa – salientou.

Suassuna prega intercâmbio entre Brasil e Ucrânia

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB), que integrou a comitiva do ministro da Ciência e Tecnologia, Roberto Amaral, em viagem à Ucrânia, relatou ontem ao Plenário as negociações feitas com vistas a intercâmbios nas áreas das indústrias aeronáutica e aeroespacial.

O senador explicou que a Ucrânia detém tecnologia de ponta na fabricação de turbinas a gás, que podem ser utilizadas em aviões e na produção de energia elétrica. Ele acrescentou que a Ucrânia se dispôs a fazer intercâmbio com transferência de tecnologia.

Na área aeroespacial, Suassuna

disse que o Brasil poderá ter a tecnologia de foguetes para lançamento de satélites estacionários. A Ucrânia, frisou o senador, fabricava os foguetes portadores de bombas atômicas que, após o final da Guerra Fria, foram adaptados para o lançamento de satélites.

– A partir da base de Alcântara, no

Maranhão, nós podemos lançar satélites com até 40% de economia em combustível. Não temos nenhum satélite, nem para segurança nacional. O Sivam é operado com satélites americanos. Podemos alcançar a independência nessa área. Só precisamos de 50 e poucos milhões de dólares – concluiu.



RELATO. Ney Suassuna presta contas de viagem oficial à Ucrânia

Mão Santa pede recursos para estudantes

O senador Mão Santa (PMDB-PI) fez um apelo ao ministro da Educação, Cristovam Buarque, para que seja atualizado o pagamento ao Programa de Financiamento Estudantil (FIES), atrasado desde o início do

atual governo. Mão Santa afirmou que o FIES financia estudantes carentes que cursam faculdade particular, permitindo que a instituição

desconte o equivalente ao valor da bolsa concedida do pagamento devido ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS).

– O MEC está estudando como pagar ao FIES desde o primeiro dia do atual governo. Como médico, eu diria que o caso requer uma cirurgia de emergência para garantir que a mocidade universitária possa estudar sem constrangimentos – ressaltou.

Somente podem participar do FIES os cursos que tenham avaliação positiva junto ao MEC. O programa financia até 70% do valor da semestralidade escolar. O estudante que já tem curso superior pode financiar seu curso atual com o FIES desde que não tenha sido beneficiado pelo Programa de Crédito Educativo.

Mão Santa disse que, apesar de 98% das crianças brasileiras estarem matriculadas no primeiro grau, menos de um terço desse total consegue concluir o ensino médio e apenas cerca de 10% chegam à universidade. Daí a importância do FIES, que veio substituir o Crédito Educativo, por meio do qual "muitos estudantes pobres tornaram-se doutores, e com sua ciência e consciência contribuíram para a grandeza do país", afirmou o senador.

Célio Azevedo



REFORMA POLÍTICA. Romeu Tuma participa da abertura do seminário, que prossegue hoje no Senado

Interlegis discute formas de integrar legislativos

Durante a abertura do II Seminário Nacional Interlegis, na manhã de ontem, o 1º secretário do Senado e diretor do Interlegis, senador Romeu Tuma (PFL-SP), disse que graças ao Interlegis, entre outras iniciativas da Casa, a população brasileira pode hoje saber o que se passa dentro do Poder Legislativo. O seminário se estende até hoje e tem como objetivo promover ampla discussão sobre a reforma política e a integração entre os Poderes Legislativos federal, estaduais e municipais.

Tuma afirmou ainda que cada dia se surpreende com as iniciativas promovidas pelo Senado. Para o parlamentar, a informática funciona como instrumento que permite transmitir com maior velocidade as informações por toda a sociedade. Segundo Tuma, a discussão da reforma política é importantíssima. O senador acredita que, após a aprovação das reformas tributária e da

■ Romeu Tuma observa que hoje a população brasileira pode saber o que se passa no Senado

Previdência, a política deverá ser a próxima na pauta do Congresso.

O presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Valmir Campelo, disse que o Interlegis é a mais expressiva iniciativa para promover a integração do Legislativo nas três esferas de Poder. O ministro ressaltou que o TCU vem se valendo cada vez mais desse instrumento.

O representante no Brasil do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Waldemar Wirsig, destacou que o projeto Interlegis é único na América Latina e que vem provocando admiração de outros países do continente. Representantes do Legislativo de pa-

íses como México, Uruguai e Honduras visitaram o Interlegis e estão tentando implantar projetos semelhantes em seus países, relatou.

– Cabe agora estender essa conquista tecnológica ao cidadão. A informação clara deve ser o caminho certo para consolidar a democracia – afirmou.

O Interlegis é um projeto promovido pelo Senado Federal e conta com recursos do BID. Seu objetivo é interligar todo o Poder Legislativo, tornando mais transparente a atuação das casas legislativas. Atualmente, além do Senado, da Câmara dos Deputados e do TCU, todas as assembleias legislativas e mais 1.200 câmaras municipais estão interligadas.

Após a cerimônia, Romeu Tuma assinou documento que trata de procedimentos internos de segurança no âmbito da rede de computadores do Senado. O objetivo é aumentar a segurança da rede e evitar possíveis invasões externas.

Iris reivindica delegacias para ajudar mulher

A senadora Iris de Araújo (PMDB-GO) manifestou sua preocupação com a crescente violência familiar no Brasil e conclamou os senadores a influírem, junto aos governadores, para a criação de mais delegacias de proteção à mulher. Ela informou que existem apenas 325 delegacias especializadas, para mais de 5.500 municípios brasileiros.

Para sustentar a relevância de sua proposta, Iris disse que é preciso desarmar a bomba da violência doméstica, porque ela contagia as ruas, escolas e locais de trabalho e diversão.

Iris de Araújo reconheceu que a simples repressão não resolve o problema da violência, que tem raízes múltiplas e profundas. Mas a instalação de uma Delegacia da Mulher num município já começa a criar mudança de hábitos, uma transformação cultural, afirmou. A existência de delegacia especializada na proteção da mulher, disse, gera conversas e discussões, alertando a todos para o problema.

A senadora informou que em Goiânia a violência contra a mulher aumentou em quase 20% nos primeiros meses deste ano, quando foram registrados, na Delegacia da Mulher, 3.768 casos de agressão.

Iris citou pesquisas segundo as quais grande número, dentre os jovens criminosos, vem de lares em que a violência se faz presente.

Em apartes, os senadores Ney Suassuna (PMDB-PB), Leonel Pavan (PSDB-SC) e Paulo Paim (PT-RS) concordaram com a necessidade de se combater a violência dentro de casa.



Iris: só há 325 delegacias especializadas

Célio Azevedo



Mão Santa faz apelo a Cristovam

Rosevelt Pinheiro

Rosevelt Pinheiro

Europeus buscam aproximação com Brasil

■ Sarney e parlamentares da União Européia conversam sobre integração

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem uma delegação do Parlamento Europeu, chefiada pelo deputado alemão Rolf Linkohr. Eles vieram transmitir apoio aos esforços de consolidação do Mercosul e conversar sobre o estreitamento das relações en-

tre os legislativos da Europa e do Brasil.

Sarney disse ter enfatizado a preocupação brasileira com "o enfraquecimento da Organização das Nações Unidas (ONU) a partir da invasão do Iraque e a necessidade de trabalhar em conjunto para a recuperação daquele organismo tão vital à paz mundial". O senador informou também os visitantes sobre a situação do país.

– Hoje vivemos num clima de absoluto otimismo com o desejo de votar as reformas imediatamente, mantendo a esta-

bilidade e retomando o crescimento econômico – afirmou.

Linkohr ressaltou que a União Européia "tem muita simpatia pelo governo Lula e sua visão dos problemas sociais". Ele disse que a União Européia está disposta a fazer concessões na questão dos subsídios agrícolas para favorecer a integração com a América do Sul e chamou a atenção para a afinidade das posições internacionais entre Europa e os países do Mercosul na condenação da invasão do Iraque e pelo fortalecimento da ONU.



ESTABILIDADE. Sarney manifesta otimismo a delegação européia

Senado e STJ lançam publicações

O senador José Sarney participou na manhã de ontem do lançamento da coleção *História do Direito Brasileiro*, promoção conjunta do Senado Federal e do Superior Tribunal de Justiça (STJ). A solenidade foi realizada na sede do STJ, cujo presidente, ministro Nilson Naves, recebeu o senador.

– Estamos recuperando a história do pensamento jurídico brasileiro, publicando livros que foram marcos, mas estavam desaparecidos havia muitos anos – disse Sarney.

Naves ressaltou a importância da parceria entre o Senado e o STJ: "Sem ela, nós não teríamos condições de fazer essas edições".

A coleção terá 21 títulos, entre obras escritas nos séculos 19 e 20, algumas de autores renomados como José de Alencar, Clóvis Bevilácqua e Tobias Barreto. Os dois primeiros volumes lançados são *Código Criminal do Império do Brasil Anotado*, de Antônio Luiz Ferreira Tinoco, e *Consolidação das Leis Cíveis*, de Augusto Teixeira de Freitas.

Academia

José Sarney ressaltou ontem sua satisfação em receber, na Presidência do Senado, o poeta Carlos Nejar.

– É uma alegria e um orgulho ter a presença do grande poeta brasileiro Carlos Nejar, meu companheiro na Academia Brasileira de Letras.

Paim recebe mulheres parlamentares

Em nome do presidente do Senado, José Sarney, o vice-presidente Paulo Paim recebeu ontem participantes do I Encontro de Mulheres Parlamentares de Língua Portuguesa, que lutam para reafirmar sua presença política no mundo. Ao saudá-las, Paim informou que, no governo Luiz Inácio Lula da Silva, há cinco ministras, entre elas, duas negras. Ele lamentou que persista a desigualdade no mundo.

– A realidade nos países de vocês não deve ser muito diferente da realidade enfrentada no Brasil. Aqui, infelizmente, a mulher, na mesma função, recebe a metade do salário do homem. E a mulher negra é duplamente discriminada. Se a mulher branca recebe a metade do que ganha o homem, a mulher negra recebe a metade do que ganha a mulher branca, na maioria das posições – disse o senador.

A presença de mulheres no governo Lula foi apontada por Paim como um avanço na luta do Brasil para construir "uma sociedade igualitária, justa e efetivamente de inclusão". Ele



PRESEÇA. Paim observa que o governo Lula tem cinco ministras

definiu esse momento, em que as mulheres ganham mais espaço político e os negros, cotas nas universidades, como "um marco a partir do governo Lula".

Também presente à audiência, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) afirmou que "o mundo está fazendo justiça às mulheres. A cada dia tem mais mulheres no poder. Vocês têm que brigar mesmo, porque sofreram muitos milênios de opressão", assinalou Suassuna.

Uma das organizadoras do

encontro, a deputada Maninha (PT-DF) disse que, além de reafirmar sua presença no mundo, as participantes desse evento se preocupam em reafirmar a presença da língua portuguesa. A senadora Angela Monson, do estado de Oklahoma (EUA), a deputada Margarida Talapa, de Moçambique, e o deputado Eduardo Joaquim, presidente da Assembleia de Moçambique, professaram sua fé na luta para intervir no mundo político, em busca do fortalecimento dos direitos da mulher.

Tuma destaca a sensibilidade feminina

O 1º secretário do Senado, Romeu Tuma, recebeu ontem as chefes das delegações que estão participando do I Encontro de Mulheres Parlamentares dos Países de Língua Portuguesa. Durante a cerimônia, presidentes de assembleias e deputadas estaduais e federais de Guiné-Bissau, Moçambique, Angola, Timor Leste, Cabo Verde, Portugal e Brasil, além da

senadora americana Angela Monson, discutiram a importância da integração entre os países.

Tuma disse, na abertura do evento, que as mulheres têm participação importante na política brasileira e lembrou que, no Senado Federal, elas formam uma forte bancada parlamentar, que conta com dez senadoras. Segundo ele, as

mulheres têm mais sensibilidade, força e eloquência do que os parlamentares homens para tratar de questões essenciais, como a pobreza e a fome.

Durante a sessão plenária de ontem, o presidente do Senado, José Sarney, apresentou as chefes das delegações aos senadores. Sarney também abriu, no dia anterior, os trabalhos do encontro.

UnB ajuda no treinamento de servidores

José Sarney assinou ontem, em nome do Senado Federal, protocolo de intenções para ações conjuntas entre o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e a Universidade de Brasília (UnB), representada na solenidade por seu reitor, Lauro Mohry.

Sarney ressaltou a importância do intercâmbio com a UnB para potencializar o trabalho que o ILB vem realizando no sentido de promover a reciclagem e a preparação do corpo de funcionários do Senado para as tarefas que lhe são exigidas.

Para o 1º secretário do Senado, Romeu Tuma (PFL-SP), o convênio se inclui entre as ações destinadas a aumentar a transparência das atividades da Casa, ao mesmo tempo que prepara os servidores para desempenhar melhor suas funções.

O reitor Lauro Mohry salientou que, para a UnB, o convênio é uma oportunidade para aprofundar sua experiência em ensino a distância e ensino semipresencial. "A interação com o Senado é uma parceria muito importante para nós", afirmou.

Antes de encerrar a solenidade, Sarney agradeceu a colaboração do diretor-geral da Casa, Agaciel Maia, do diretor do ILB, Florian Madruga, e do diretor da Secretaria de Comunicação Social, Armando Rollemberg.